

NEWSLETTER AGOSTO 2015



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-A-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EMDESTAQUE

O regime de regularização do IVA de créditos de cobrança duvidosa e incobráveis. O ano de 2015 apresenta algumas alterações ao nível dos requisitos de dedução nos termos do artigo 78º, nomeadamente quanto predominância do conceito de cobrança duvidosa sobre o conceito de crédito incobrável.

Aos créditos vencidos **antes de 01.01.2013** aplica-se os nºs 7 a 12 e 16 a 17 do artº 78º do CIVA. Estes artigos aplicam-se maioritariamente a processos de execução, processos de insolvência, PER...), sendo o prazo de dedução de quatro anos a partir da data do facto relevante.

Aos créditos vencidos após **01.01.2013** aplicam-se os artigos 78ºA a 78º D do CIVA, sendo relevante o conceito de cobrança duvidosa e o prazo da mora de 24 meses:

- Dedução relativa a créditos de cobrança duvidosa, **apenas nos 6 meses seguintes**, após completar 24 meses de mora, mediante pedido de autorização prévia no portal
- Dedução relativa a créditos incobráveis (insolvências, execuções): por esta via apenas se não tiver 24 meses de mora.

De salientar ainda a necessidade de certificação por parte de ROC, na maioria dos casos e a impossibilidade de dedução após os prazos referidos acima.

OUTRA LEGISLAÇÃO

LEI GERAL DO TRABALHO

A Lei n.º 84/2015, procede à primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, consagrando a meia jornada como nova modalidade de horário de trabalho.

Lei n.º 84/2015 - Diário da República n.º 153/2015, Série I de 2015-08-07

TAXAS DAS RENDAS CONDICIONADAS

A Portaria 236/2015 fixa a taxa das rendas condicionadas a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, em 6,7%.

Portaria n.º 236/2015 - Diário da República n.º 154/2015, Série I de 2015-08-10

REGIME JURIDICO DA ATIVIDADE PRESTAMISTA

O Decreto-Lei n.º 160/2015 aprova o regime jurídico da atividade de prestamista. Para efeitos deste decreto, considera-se atividade de prestamista a atividade de mútuo garantido por penhor.

Decreto-Lei n.º 160/2015 - Diário da República n.º 155/2015, Série I de 2015-08-11.

PLATAFORMAS ELETRÓNICAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Lei 96/2015, Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.

Lei n.º 96/2015 - Diário da República n.º 159/2015, Série I de 2015-08-17

MADEIRA – NOVO REGIME DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA (NREAP)

O Decreto Legislativo regional 7/2015/M adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 31/2013, de 24 de julho, e alterado pelos Decretos-Leis n.º 165/2014, de 5 de novembro e n.º 85/2015, de 21 de maio, que aprova o Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP)

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2015/M - Diário da República n.º 162/2015, Série I de 2015-08-20

REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS - ALTERAÇÕES

A Lei 118/2015 procede à trigésima oitava alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, à oitava alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro, prevendo medidas específicas com vista ao reforço da estabilidade do sistema financeiro português.

Lei n.º 118/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31

CÓDIGO COOPERATIVO

A Lei 119/2015 aprova o Código Cooperativo e revoga a Lei n.º 51/96, de 7 de setembro. Esta lei aplica-se às cooperativas de todos os graus e às organizações afins, cuja legislação especial para ele expressamente remeta.

Lei n.º 119/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31

REGIME JURIDICO DA ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA

A Lei 111/2015 estabelece o Regime Jurídico da Estruturação Fundiária, altera o Código Civil, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 384/88, de 25 de outubro, e 103/90, de 22 de março

Lei n.º 111/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27

REGIME JURIDICO DA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO - TAXAS

A Lei 41/2015 de 3 de junho, aprovou o novo regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção em território nacional. O artigo 51º da referida Lei prevê o pagamento de taxas no âmbito dessa atividade. A Portaria 261-A/2015, fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás, e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção, e revoga a Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro

Portaria n.º 261-A/2015 - Diário da República n.º 167/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-08-27

ESTATUTOS DE ORDENS PROFISSIONAIS – ALTERAÇÕES

A Lei 112/2015 transforma a Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem dos Despachantes Oficiais e procede à terceira alteração ao respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, revogando o Decreto-Lei n.º 445/99, de 3 de novembro.

A Lei 113/2015, procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

A Lei 117/2015, procede à segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Médicos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, revogando o Decreto-Lei n.º 217/94, de 20 de agosto

Lei n.º 112/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27

Lei n.º 113/2015 - Diário da República n.º 168/2015, Série I de 2015-08-28

Lei n.º 117/2015 - Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31

Programas operacionais / Apoios

Decreto-Lei n.º 176/2015 - Diário da República n.º 165/2015, Série I de 2015-08-25

Estabelece as regras de gestão do regime de autorizações para plantações de vinhas, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas.

Portaria n.º 229/2015 - Diário da República n.º 149/2015, Série I de 2015-08-03

Cria a medida Cheque-Formação

Portaria n.º 242/2015 - Diário da República n.º 157/2015, Série I de 2015-08-13

Primeira alteração ao Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, adotado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março

Portaria n.º 245/2015 - Diário da República n.º 158/2015, Série I de 2015-08-14

Estabelece o regime de aplicação da operação 10.1., «Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Portaria n.º 261/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27

Ministério da Agricultura e do Mar

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 7.11, «Investimentos não produtivos», integrada na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», da área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

JURISPRUDÊNCIA

Ofício-circulado n.º 20180/2015, de 19-08-2015 – Gabinete da Subdiretora-geral do IR e das Relações Internacionais

Rendimentos prediais – atividade arrendamento / alojamento local

Enquadramento jurídico dos rendimentos prediais tributados nos termos e regras aplicáveis à categoria B do IRS, por via da Lei 82 – E /2014 de 31 de dezembro e atividade de alojamento local regulada pelo Decreto-lei nº 63/2015, de 23 de abril.

Circular 9/2015, de 28/8 do Gabinete do Diretor Geral

Esta circular trata do artº 112º, nº 3 do CIMI no que respeita à redução de taxa de IMI para prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo.

Informação vinculativa de 21/08/2015

CIVA – nº 5 do artº 78

Regularizações – Prova de que o adquirente tomou conhecimento da retificação. É considerada a possibilidade de considerar idóneas as mensagens de correio eletrónico, desde que verificados determinados requisitos.

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt